



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

Publicação no D.O.E	
nº. 33816	pág. 18/20
de: 02, 08, 2018	
Caderno: Public. Diversos	

CONSELHO DIRETOR DECISÃO Nº 333/2018	
INTERESSADO (A):	Maria Goretti Carvalho de Souza
ASSUNTO:	Inadimplência de Prestação de Contas no âmbito do Programa Ciência na Escola – PCE – Edital nº 001/2016 – Decisão nº 204/2016-CD/FAPEAM.
PROCESSO Nº:	01.01.016301.00000541.2018-FAPEAM

DECISÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO DIRETOR da FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO AMAZONAS, em reunião realizada nesta data, considerando:

- inadimplência da Senhora **Maria Goretti Carvalho de Souza**, na Prestação de Contas Técnica Final, referente ao projeto “*Horta Escolar*”, no âmbito do Edital nº 001/2016 – PCE;
- o disposto na Resolução nº 003/2017-CD/FAPEAM, o Departamento de Acompanhamento e Avaliação – DEAC/FAPEAM sugere que a coordenadora permaneça incluída no cadastro de inadimplentes desta Fundação pelo período de 31 (trinta e um) meses, a contar da data do saneamento da inadimplência;
- o parecer nº 251/2018-ASJUR/FAPEAM, que opina pela devolução dos recursos concedidos à interessada por descumprimento da Cláusula Primeira, item 1.1, subitem 1.1.8 do Termo de Compromisso e Responsabilidade e item 12, inciso VIII do Edital nº 001/2016, bem como a aplicação das penalidades previstas na Resolução nº 003/2017,

DECIDE:

I DETERMINAR a devolução dos valores recebidos pela Senhora **Maria Goretti Carvalho de Souza**, no âmbito do – PCE – Edital nº 001/2016, na importância de R\$ 2.766,00 (dois mil, setecentos e sessenta e seis reais), a ser atualizado monetariamente, em razão da ausência da Prestação de Contas Técnica Final;

II APLICAR penalidade com a permanência do seu nome no cadastro de inadimplentes desta Fundação pelo período de 31 (trinta e um) meses, conforme disposto na Resolução nº 003/2017-CD/FAPEAM;

III CIENTIFICAR a interessada da Decisão do Colegiado;

IV ENCAMINHAR cópia dos autos do processo administrativo à Procuradoria-Geral do Estado – PGE/AM, em caso do não cumprimento do estabelecido no item I, com fins de recuperação do crédito aos cofres públicos nos termos do art. 2º, §3º da Lei nº 6.830/1980.

SALA DE REUNIÕES, em Manaus, 30 de maio de 2018.

Dercio Luiz Reis
Diretor Técnico-Científico
Conselheiro

Edson Barcelos
Presidente

Ordival Leite Rubim Filho
Diretor Administrativo-Financeiro
Conselheiro